

# A educação brasileira: histórico de privilégios e desigualdades

Maria Solange Melo de Sousa<sup>1</sup>  
Eliana Aparecida S. S. Feitosa<sup>2</sup>

107

## Resumo

O artigo trata da educação brasileira como processo de desenvolvimento em um contexto de gestão neoliberal. Durante a discussão, o texto abordará o desenvolvimento econômico brasileiro e o relacionará com as políticas públicas educacionais nos últimos trinta anos. O objetivo é analisar o modelo neoliberal que foi adotado pós década de 1990 e o seu impacto na educação pública. A abordagem metodológica é de cunho qualitativo e para o aporte teórico, o texto tem como base os autores Freitas (2021), Santos (2000, 2009, 2014) e Sousa (2021). O resultado das discussões realizadas na pesquisa permite concluir que nos últimos 30 anos, apesar do modelo de desenvolvimento econômico, houve algumas conquistas que favoreceram a educação pública, mas os avanços sofrem ameaças em decorrência do retrocesso vivenciado na política brasileira após 2016.

**Palavras-chave:** Educação; Neoliberalismo; Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB), mestra em Geografia, também pela UnB, é especialista em EaD e graduada em Geografia. É professora aposentada da SEEDF; professora da UAB/UnB. | [solangemelosousa@gmail.com](mailto:solangemelosousa@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília; Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Gestão Ambiental, Direitos Humanos e Sociologia; Licenciada em Geografia; atua como professora da SEEDF e professora tutora da UAB/UnB. | [eliana.geo.bsb@gmail.com](mailto:eliana.geo.bsb@gmail.com)



## Resumen

El artículo aborda la educación brasileña como un proceso de desarrollo en un contexto de gestión neoliberal. Durante la discusión, el texto abordará el desarrollo económico brasileño y lo relacionará con las políticas educativas públicas de los últimos treinta años. El objetivo es analizar el modelo neoliberal que se adoptó después de la década de 1990 y su impacto en la educación pública. El enfoque metodológico es de carácter cualitativo y para el aporte teórico, el texto se basa en los autores Freitas (2021), Santos (2000, 2009, 2014) y Sousa (2021). El resultado de las discusiones realizadas en la investigación nos permite concluir que, en los últimos 30 años, a pesar del modelo de desarrollo económico, hubo algunos logros que favorecieron la educación pública, pero los avances están amenazados debido al retroceso experimentado en la política brasileña después de 2016.

**Palabras-clave:** Educación; Neoliberalismo; Políticas Públicas

## Abstract

The article deals with Brazilian education as a development process in a context of neoliberal management. During the discussion, the text will address Brazilian economic development and relate to educational public policies in the last thirty years. The objective is to analyze the model adopted and its impact on public education. The methodological approach is qualitative in nature and for theoretical support, the text is based on authors such as Freitas (2021), Santos (2000, 2009, 2014) and Sousa (2021). The result of the discussions conducted in the research allows us to conclude that in the last 30 years, despite the model of economic development, there were some achievements that favored public education, but advances are threatened due to the setback experienced in Brazilian politics after 2016.

**Keywords:** Education; Neoliberalism; Public Policy.

## Introdução

Em sua obra *Desenvolvimento à moda brasileira: dinheiro e desigualdade na educação*, Urânia Flores da Cruz Freiras faz uma reconstrução do modelo de desenvolvimento implantado no Brasil desde que teve início o processo de conquista territorial do país. Para Freitas (2021) o modelo que se estabeleceu no Brasil, provocou desigualdades sociais que permanecem até hoje e, também ocasionou consequências na educação.

Entende-se que a educação é o caminho para o desenvolvimento de uma nação, mas o tema não pode ser discutido em um viés estritamente capitalista, dessa maneira, Freitas (2021, p. 77) argumenta que o “modelo ideológico de educação baseada na adaptação advinda da visão capitalista, não consegue suprimir a sua contradição como instrumento de libertação e conscientização [...]”. É preciso considerar as políticas públicas em que a educação seja essencial para o planejamento e desenvolvimento do país.



Quando se analisa o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, entende-se que ele ocorreu por meio da concentração de renda, privilegiando uma minoria que deu origem a elite e formou uma massa de excluídos, promovendo assim uma grande desigualdade social. Portanto, ao longo da história, o Brasil se caracterizou por apresentar graves contrastes sociais e dependência econômica.

A partir do contexto apresentado, o artigo tem por objetivo analisar o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e seu impacto na educação pública. Em relação a metodologia, ela se desenvolveu em uma abordagem qualitativa e teve o apoio nas discussões as obras de Freitas (2021), Santos (2000, 2009, 2014) e Sousa (2021) como principais referenciais teóricos.

Quanto ao recorte temporal, o texto analisará os últimos 30 anos – período em que se consolidou as ideias neoliberais na economia do país. Neste recorte, se discutirá a importância da educação para o desenvolvimento econômico e como essa concepção pode ser um fracasso de política pública quando ela não atende aos anseios sociais.

A investigação se justifica porque o Brasil é um país em que as políticas públicas não alcançam toda a sociedade. Diante disso, o desenvolvimento econômico ocorrido a partir da segunda metade do século XX não favoreceu para a superação dos graves contrastes sociais, com isso, as desigualdades aqui estabelecidas promovem situações de vulnerabilidades diversas, dentre elas na educação.

Para se alcançar o objetivo proposto, o artigo foi desenvolvido em duas partes. No primeiro tópico, fez-se uma reconstrução histórica do projeto econômico neoliberal que se consolidou no Brasil a partir da década de 1990. Na segunda parte, analisou-se o modelo econômico neoliberal, as políticas públicas educacionais do país e as conquistas alcançadas entre os anos de 2006 e 2010, que favoreceram a educação no Brasil.

Os resultados da pesquisa permitiram concluir que nos últimos 30 anos, a educação pública teve pequenas conquistas, mas, o viés ideológico decorrente dos conflitos políticos pós 2016, tem provocado retrocessos que comprometeram os pequenos avanços alcançados na primeira década do século XXI. O aumento das desigualdades sociais e a polarização política impactaram na educação favorecendo um cenário de retrocesso alimentado pelo discurso ideológico.



## Uma breve reconstrução histórica do desenvolvimento neoliberal no Brasil

110

A partir da década de 1930, do século passado, tem início no Brasil a mudança da mentalidade agroexportadora para a industrial, Cardoso Jr. argumenta que “[...] com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, tem início um processo de organização e aceleração do crescimento econômico, comandado por uma estrutura estatal burocrática ainda incipiente e em lenta conformação no país (2010, p. 15). Na segunda metade do século XX o Plano de Metas de JK promoveu um período de desenvolvimento econômico caracterizado pela internacionalização da economia, endividamento externo e com o estímulo do consumo de bens duráveis. Esse ciclo de desenvolvimentismo tem continuidade durante o governo militar, nas décadas de 1960 e 1970, “O desenvolvimentismo que perdurou até os anos de 1980 trouxeram como herança o endividamento externo exacerbado e estagflação persistente” (CARDOSO JR., 2010, p.19). Com isso, o país enfrentou a década perdida de 1980 com hiperinflação e recessão econômica.

No período descrito no parágrafo anterior, a educação não era acessível para uma parcela significativa dos brasileiros. Até a década de 1950, o Brasil era um país que transitava do rural para o urbano, logo havia poucas escolas para atender a população. Com o desenvolvimentismo que caracterizou as décadas de 1960 e 1970, o processo de industrialização exigia mão-obra mais qualificada é nesse cenário que a educação merece mais atenção no que diz respeito às políticas públicas. No entanto, ela ainda não tem caráter universalizante e as desigualdades regionais representavam um entrave para um acesso mais democrático à educação.

Todo o cenário descrito até aqui, fez com que o Brasil chegasse ao final do século XX com uma situação socioeconômica deteriorada. A política neoliberal germina no Brasil com a proposta de reorganizar o cenário econômico e social, a partir daí, a intenção é promover políticas públicas rumo ao retorno do desenvolvimento. A concepção do pensamento neoliberal gera fortes críticas entre alguns cientistas e especialistas de diversas áreas, para Melo:

[...] Dizer que é um ‘ideário’ ou uma ‘doutrina’, não está incorreto, mas pode fazer pensar que o neoliberalismo é uma falácia, uma fraude, um discurso enganoso, provocador de uma falsa consciência ou, por outro lado, ser um mero discurso de



professores de economia sem compromisso científico, produtores de panfletos sem importância ou embasamento teórico [...] (MELO, 2004, p. 31).

Diante do exposto, é importante compreender que o ideal neoliberal é uma tendência mundial desde a década de 1970, e o Brasil encontra-se em uma totalidade global. Logo, as elites que controlam o poder político no país compartilham dos mesmos ideais mundiais de desenvolvimento econômico por meio da livre iniciativa e tendo o Estado com certo poder regulador desse processo, mas, esse modelo tem um preço para as nações que o adotam. O mercado é quem dita as regras, e nesse jogo a educação também se transforma em mercadoria, “É a partir da análise do desempenho da educação que organismos internacionais direcionam investimentos para os países como, por exemplo, o Banco Mundial” (SOUSA, 2021, p. 118). Para a autora,

o Brasil, como um país que está inserido na totalidade, se ajusta às orientações impostas por essas agências internacionais, pois as doações e os investimentos exigem contrapartidas. Quando se define a qualidade de ensino do país, ela passa por um processo de avaliação que seguem as regras estabelecidas por organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), também conhecido como ‘Clube dos ricos’, mesmo que tais diretrizes não sejam adequadas para a realidade de um país tão desigual quanto o Brasil (SOUSA, 2021, p. 118-119).

No projeto econômico neoliberal, valoriza-se o desempenho escolar e profissional. Com isso, instiga-se o sujeito à competição na busca por oportunidades tanto no ensino superior quanto no mercado de trabalho. Mas, no Brasil, a disputa não é democrática, devido falta de investimentos por parte do Estado e a desvalorização da educação pública. Assim, a educação no país enfrenta um quadro de crise permanente deixando os estudantes da escola pública em desvantagem em relação aos alunos da rede privada de ensino.

Para certos segmentos da sociedade, o modelo neoliberal adotado no Brasil a partir da década de 1990 favoreceu o controle da inflação e permitiu certa estabilidade econômica. Dessa forma, o país chegou ao século XXI com algumas conquistas, mas, ainda com enormes problemas a serem superados.



As desigualdades regionais e sociais ainda são fortes entraves para o desenvolvimento do país. Ainda segundo Sousa:

Embora a OCDE, por meio de seu Comitê de Políticas Educacionais, coordene ações com o objetivo de alcançar um ensino de qualidade, ela é uma organização que privilegia a economia de mercado e sua análise baseia-se em dados estatísticos [...]. Assim, é pouco provável que seus objetivos alcancem uma compreensão de que a escola pública tem uma função social e que, além da qualidade ela precisa possibilitar aos jovens, oportunidades de superação das adversidades vivenciadas no seu cotidiano (SOUSA, 2021, p. 119).

112

Segundo reportagem da Globo.com, a OCDE projeta que a economia global crescerá cinco vezes mais do que a do Brasil em 2022 (2022, online). Segunda a mesma reportagem, alguns países têm projeção de crescimento superior ao do Brasil para 2022, inclusive na América Latina, como a Colômbia (6,1%), Argentina (3,6%) e México (1,9%) e se destacam apresentando significativos percentuais de crescimento, enquanto o Brasil padece com a projeção de pífio índice de 0,6% (2022, online). Dessa maneira, pergunta-se o que o país pode fazer para reverter tal situação?

O pensamento neoliberal traz consigo mudanças de paradigmas no que diz respeito à participação do Estado e últimos 30 anos há um crescimento significativo no processo de privatização dos serviços públicos. Nesse sentido, a educação não está fora desse processo, nem tão pouco inerte a influência do neoliberalismo. O fato é que cresce no meio político a defesa das parcerias entre o público e o privado, com ou sem fins lucrativos, ignorando o caráter social, político e emancipador do ato de educar. Segundo Tripodi e Sousa,

Tratar dos contornos do público e do privado, no âmbito da gestão pública, supõe, contudo, considerar a existência de dois movimentos que vem delineando o modo concomitante: de um lado, iniciativas do poder público de assinalar e adaptar, ao setor estatal, conhecimentos e práticas gerenciais desenvolvidas no setor privado e, de outro a transferência da prestação dos serviços públicos para instituições privadas, com ou sem fins lucrativos (TRIPODI E SOUSA, 2018, p. 04).

A partir do contexto apresentado, é importante analisar qual é o papel do Estado brasileiro no que diz respeito às políticas públicas voltadas



para a educação, se vai delegar cada vez mais a gestão para o setor privado com características mercadológicas e atuar como agente regulador ou irá estimular investimentos para que a educação pública alcance os objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Muitas das nações que vem se desenvolvendo e prosperando tem investido e valorizado a educação. Há necessidade de promover mudanças substanciais na educação básica, na educação profissional, na graduação e na pós-graduação, que acompanhem as mudanças que estão ocorrendo no mundo. Para Freitas,

O movimento atual da nascente revolução industrial 4.0, provavelmente, vai criar demandas educativas, econômicas, sociais, culturais e políticas em outras bases. Poderá exigir além de novas formas de trabalho, a formação de um tipo de trabalhador adequado, novamente, à dinâmica assumida pelo processo de produção que lhe será característico (FREITAS, 2021, p. 80).

Mas, como é possível planejar políticas públicas para o desenvolvimento tendo como foco a educação? Os planejamentos de governo precisam aproveitar o potencial técnico-científico disponível na juventude brasileira para trilhar rumo a um desenvolvimento sustentável em um contexto de globalização mundial. Segundo Santos:

O mundo parece agora, girar sem destino. É a chamada globalização perversa. Ela está sendo tanto mais perversa porque enormes possibilidades oferecidas pelas conquistas científicas e técnicas não estão sendo adequadamente utilizadas (SANTOS, 2009, p. 224).

As enormes possibilidades descritas por Milton Santos são justamente alcançar o desenvolvimento sustentável e que seja acessível a todos. O Brasil precisa compreender essa realidade. Caso contrário, continuará sendo um país do futuro, mas em que o futuro é incerto, "Analisar a implementação significa se interessar pela forma com que um programa público é apropriado e não apenas pela forma como ele foi concebido e estruturado [...]" (LASCOUMES; GALÊS, 2012, p. 67). Assim, o sucesso de uma política pública exige que os atores envolvidos no processo acreditem em suas potencialidades, evitando assim o fracasso.

A educação enquanto política pública recebe críticas de vários segmentos da sociedade, ela não avança e os seus resultados não corroboram para o desenvolvimento do país. Lascoumes e Galês em sua



obra, **Sociologia da Ação Pública**, faz uma análise do fracasso de uma política pública. Para esses autores,

A análise dos fracassos ou limites dos programas públicos vai progressivamente evidenciar as fragilidades do modelo *top down* (de cima para baixo) e das abordagens estado-centradas. Ela demonstrará que, por equívoco, vinculamos política pública a um programa diretivo naturalmente dotado de autoridade e legitimidade (LASCOUMES e GALES, 2012, p. 68).

114

A legitimidade proposta por Lascoumes e Galês deve ser representado pela participação da sociedade, "O exercício do poder social real tem de ser legitimado" (SOUZA, 2019, p.12). Dessa forma, faz-se necessário compreender se a significação da formação escolar é, de fato, do jovem ou de um modelo de sociedade dominante que insere a educação na totalidade.

Santos argumenta que "o dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas esse significado não pode ser apreendido senão no nível da totalidade" (2014, p. 32). Contudo, a compreensão da totalidade deve levar em consideração a questão de que educação no Brasil representa um problema a ser superado, frente ao contexto de grandes desigualdades. Diante disso, o projeto deve ser na dimensão de política de Estado que favoreçam a melhoria na qualidade de educação.

### **O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil pós década de 1990 e as políticas públicas educacionais**

Apesar dos investimentos serem essenciais, não são apenas eles que irão resolver os problemas da educação no Brasil. Por isso, o país necessita repensar a sua prática e sua lógica de desenvolvimento, evitar seguir "receitas" prontas externas. Para Santos:

[...] quanto ao fazer, é como que se preferiram impor distorções a imaginar práticas menos danosas na condução dos destinos nacionais. Quanto ao ser uma espécie de complexo de culpa, nem sempre confessado, marca frequentemente os comportamentos (...) os responsáveis não se acham falaciosos ao defender formulações absurdas, no afã de adequar o país a modelos exógenos. O próprio pensar não escapa dessa





evolução distorcida, pois as elites intelectuais são insistentemente convidadas a negligenciar as pretensões de elaboração de um pensamento próprio (2000, online).

Mesmo com a tendência de seguir modelos externos em suas políticas, a década de 1990 se caracterizou por ser um período de mudanças na educação brasileira, seguindo ideias nacionais. A Lei de nº 9.394 de 1996 estabeleceu a criação da nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação Brasileira (LDB) que, apesar de não ser revolucionária trouxe alguns avanços que merecem ser considerados (SOUSA, 2021). É preciso entender que:

LDB consolidou o ensino médio como educação básica e a sua obrigatoriedade foi efetivada em 2009 pela Emenda Constitucional nº 59. Entretanto, a obrigatoriedade de oferta não significou, necessariamente, a universalização e nem a democratização, uma vez que apenas a oferta de vagas não caracteriza a permanência e o sucesso do estudante no ambiente escolar (SOUSA, 2021, p. 65).

É importante destacar que a LDB de 1996 não significou uma revolução na educação brasileira (SOUSA, 2021), o modelo econômico neoliberal vigente naquela década comprometeu os recursos destinados à educação para promover mudanças significativas. Assim, os investimentos não atendiam às necessidades em decorrência dos anos em que a educação não foi prioridade no país (SOUSA, 2021).

De acordo com Freitas (2021), as reformas educativas adotadas no país, deste a década de 1930 com continuidade nos anos de 1990, eram justificadas pela necessidade de modernização e desenvolvimento do país que necessitava de força de trabalho mais qualificada e adequada aos novos processos de reestruturação produtiva.

A partir da primeira década do século XXI, os avanços na educação ganharam mais destaque.

O artigo 206, mudou após a Emenda Constitucional nº 3, de 2006, e assim o ensino público passou a ser ministrado com base, também, nos princípios da valorização dos trabalhadores da educação escolar, com a garantia dos planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público. Ficou estipulado a criação de um piso salarial profissional nacional para os trabalhadores da educação escolar (FREITAS, 2021, p. 202).



As mudanças constitucionais para a educação, por meio de Emendas, na primeira década do século XXI, favoreceram as pautas de interesse da sociedade civil, pois:

O governo, em consonância com a sociedade civil, começou a criar instrumentos de gestão pública como o Fórum Nacional de Educação (FNE) e ampliar espaços de fala e de construção das políticas públicas de educação (FREITAS, 2021 p. 202).

116

Com isso, os interesses dos trabalhadores da educação começam a ser garantidos por lei e passíveis de controle social (FREITAS, 2021). As mudanças trouxeram ainda: a educação básica e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade; estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração decenal; criou o Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); para citar alguns dos avanços na educação básica.

Em relação ao ensino superior, promoveu o acesso à universidade por meio do PROUNI – Programa Universidade para todos e o FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, é importante destacar que ambos são voltados para atender a concepção da educação neoliberal, transferindo para o setor privado pesados investimentos que se tornam lucrativos para as instituições particulares que atendem aos programas.

O SISU – Sistema de Seleção Unificada, é um outro programa de acesso ao ensino superior, mas em universidades públicas. Para a formação de professores, foi criado em 2006 por meio do Decreto 5.800 o programa UAB – Universidade Aberta do Brasil, Para Sousa:

O projeto estimulou a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) para criar cursos de licenciatura, possibilitando a formação de professores para atuar em áreas de conhecimentos específicos como, por exemplo, a Geografia. Os cursos seriam realizados na modalidade a distância e o alcance dos cursos seriam as regiões remotas do interior do país ou qualquer outra cidade ou universidade que se candidatasse a integrar ao Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB (SOUSA, 2022, p. 117).

Na pós-graduação criou o PROFOR – Programa de Formação Continuada, que tem por objetivo proporcionar o aperfeiçoamento pedagógico de docentes. Por meio do programa “Ciências sem Fronteiras ofereceu, em dinheiro, mais de 100 (cem) mil bolsas de estudo no exterior



para as áreas tecnológicas, de engenharia, exatas e biomédicas” (FREITAS, 2021, p. 206).

Os parágrafos anteriores tiveram por objetivo, mostrar as algumas das conquistas educacionais alcançadas nas últimas duas décadas, em que as gestões do governo brasileiro ampliaram de forma significativa o investimento financeiro na educação. Portanto,

Nas duas últimas décadas tivemos governos que focaram fortemente na visão de desenvolvimento, com espaços de participação da sociedade civil no planejamento das políticas públicas e com visão prospectiva mais abrangente, ao menos no campo da educação (FREITAS, 2021, p. 210).

Mas, é importante destacar que, “Por outro lado, fortaleceu ainda mais, o ensino privado e o empresário das escolas e universidades ao utilizar investimentos públicos nesse ator” (FREITAS, 2021, p. 210). Dessa forma, constata-se que o modelo neoliberal de economia permanece vigente.

A partir do ano de 2016, tem-se percebido um retrocesso nas políticas públicas educacionais no país, com sucateamento dos serviços educacionais, queda de investimentos e diminuição de políticas de acesso à universidade pública, Freitas argumenta que:

Atualmente, apesar dos discursos focados no desenvolvimento e crescimento do país, o que se percebe é a aposta na privatização de setores importantes e que estavam previstos garantir o aumento do financiamento das políticas sociais, em especial, de educação e saúde (FREITAS, 2021, p. 218).

Segundo estudo da Campanha pelo direito à educação, divulgado em reportagem pelo Extra Classe, “o orçamento do Ministério da Educação (MEC) perdeu mais de R\$ 30 bilhões, na comparação com o ano de 2015, quando a previsão orçamentária era de R\$ 174,4 bilhões – ante os atuais R\$ 145,70 bilhões aprovados antes dos cortes” (LAMPERT, 2021, online). Ainda segundo a reportagem

O recorte é significativo. Afinal, foi o último ano do governo de Dilma Rousseff (PT) e o fechamento de um ciclo de valorização da educação. A partir de 2016, o que se viu foram cortes e mais cortes na previsão orçamentária do MEC ano a ano: R\$ 158,2 bilhões em 2016; R\$ 140,84 bilhões em 2017; R\$ 139,91 bilhões em 2018, R\$ 149,74 bilhões em 2019 – até chegar ao pior cenário em 2020: R\$ 142,11 bilhões (LAMPERT, 2021, online).



Segundo Freitas (2021, p. 219) “[...] além do avanço da privatização mercantil cada vez mais potente; são perceptíveis o deslocamento e a falta de compromisso no que tange a uma pedagogia emancipadora e uma concepção de escola integral e libertadora”. Na visão de educação emancipadora, entende-se que o sujeito deve ter conhecimento da realidade (FREIRE, 2001), sem a construção de uma consciência crítica dos problemas que se vivencia em sociedade é difícil a intervenção do sujeito para transformá-la.

Dessa forma é possível perceber que a investida neoliberal ganha proporções significativas e que estão comprometendo os avanços alcançados na educação nas duas últimas décadas. Logo,

Neste novo velho pacto social entre as elites, o governo federal e o capital internacional, pulsa a ideia de que o mercado será o ator incumbido de fornecer os bens sociais. De acordo com mediador dinheiro, é possível pensar que o resultado mais provável desse processo de submissão ao mercado poderá ser transformar os direitos sociais em mercadoria (FREITAS, 2021, p. 216).

Diante do contexto apresentado, entende-se que, mais uma vez a educação brasileira não alcançará resultados positivos que possibilitem avanços capazes de promover mudanças significativas e, ao contrário, o que se pode observar é que o retrocesso irá impactar de forma negativa no desenvolvimento de uma educação de qualidade.

O século XXI também apresentou intensos debates no pensamento filosófico, científico em decorrência de transformações, também intensas, no mundo e na organização das sociedades. As diversas áreas científicas, especialmente as ciências humanas, têm efetuado reflexões e análises para compreender os processos de mudanças e seus desdobramentos Cavalcanti (1998).

Neste processo, as presentes e futuras gerações sofreram impactos irreversíveis decorrentes da ausência de investimentos na educação e a falta de critérios na aplicação dos recursos que subsidiam as políticas públicas implantadas no chão da escola. Embora a revolução técnico informacional, a informação rápida e imediata e a tecnologia “acessível” onde estes recursos tecnológicos são possibilidades educacionais não compatíveis com os modelos educacionais vigentes no Brasil.



O modelo “Pátria educadora” promovido na atualidade pelo governo vigente além de destacar o cenário de privilégios e desigualdades promove a militarização das escolas em detrimento do pensamento crítico e do caráter emancipatório da escola pública. Não só age em favor do retrocesso, mas a despeito de tudo o que foi historicamente conquistado, inclusive a erradicação do analfabetismo implanta a cultura de segmentação educacional social onde exista escola para pobre (tecnicista, formadora de mão de obra) e escola para rico (acesso a arte, cultura, filosofia para formar a liderança).

### **Considerações finais**

As discussões apresentadas analisaram a educação e o seu reflexo no desenvolvimento do país. A abordagem foi realizada em um contexto de economia neoliberal e levando em consideração as desigualdades que expõem os sujeitos às condições de vulnerabilidade social e educacional ampliadas pela política econômica vigente e os retrocessos nas políticas públicas de acesso à educação e a serviços sociais.

O artigo fez uma reconstrução histórica da implantação do modelo neoliberal no Brasil após a década de 1990 e mostrou como essa política teve por objetivo favorecer a educação privada em detrimento à pública. Mas, após a primeira década do século XXI, com a ascensão do governo de esquerda no país, houve avanços que promoveram muitas conquistas nas políticas públicas educacionais e que beneficiaram tanto os profissionais quanto aos projetos ligados à educação em várias dimensões sociais.

O texto mostra também que, apesar dos avanços, a partir de 2016, o Brasil vem enfrentando um novo viés de retrocesso conservador que ameaçam os avanços conquistados até então. A atual política desconstrói as conquistas e tenta implantar o modelo privatista que amplia o sucateamento dos bens públicos a fim de torná-los ineficientes ao ponto de direcionar a opinião pública para que apoie a privatização.

Cabe aqui a reflexão que o modelo neoliberal promove a fragmentação do Estado e não apresenta nenhum benefício a população que utiliza os serviços públicos, neste caso, os serviços educacionais que formam a população brasileira e hoje vive a estagnação pela ausência de investimentos e políticas de fomento para a melhoria da qualidade da educação.



Portanto, faz-se necessário uma ampla discussão envolvendo os diversos segmentos sociais como, profissionais da imprensa, professores, lideranças políticas, estudantes, pesquisadores para entender que tipo de sociedade atende aos brasileiros. É preciso analisar se o Brasil pretende continuar com o modelo de desenvolvimento que perpetua a injustiça e a desigualdade, na qual a educação que se oferece não liberta o sujeito para uma concepção crítica e política e que luta para a transformação da realidade individual e coletiva.

## Referências

- CARDOSO JR, José Celso. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. **Textos para discussão**. Brasília: IPEA, 2011.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Papirus editora, 1998.
- ECONOMIA global crescerá 5 vezes mais que o Brasil em 2022, diz OCDE. Globo.com, Rio de Janeiro, por **BBC News**, 08 de jun. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/economia-global-crescera-5-vezes-mais-que-brasil-em-2022-diz-ocde.ghtml>. Acesso em: 16 de jun. de 2022.
- FREITAS, Urânia Flores da C. **O desenvolvimento à moda brasileira: dinheiro e desigualdades na educação**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública** – Capítulo 2: Implementação: A entrada chave das políticas públicas. EDUFAL, Maceió, 2012.
- LAMPERT, Adriana. Educação pública perdeu quase 40% do orçamento em seis anos. **Extra Classe**, Porto Alegre, 11 de nov. de 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/11/educacao-publica-perdeu-quase-40-do-orcamento-em-seis-anos/>. Acesso em 16 de jun. de 2022.
- MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina**. Brasil e Venezuela. Maceió: EDUFAL, 2004.



SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. 3 reim. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. Por uma Globalização mais Humana. Texto do livro “**O País Distorcido**” – Publifolha pg. 224 15 de ago de 2009. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u351805.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u351805.shtml).

\_\_\_\_\_. Por Um Modelo Brasileiro de Modernidade (Artigo). **Jornal Ciência** e-mail 1648 17 out/2000.

SOUSA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUSA, Maria Solange M. de. **A escola e seus jovens**: lugar de controvérsias e perspectivas. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

SOUSA, Maria Solange M. de. A formação inicial de professores de Geografia por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil: uma análise do polo de Posse. In: SILVA, Adilson T. B.; DARSIE, Camilo; MENEZES, Eduardo P. **Experiências e reflexões sobre a formação e ensino de Geografia** (Ebook). Santa Maria – RS: Arco Editora, 2022, p. 113-127.

TRIPODI, Zara Figueiredo; SOUSA, Sandra Zákia. Do governo à governança: permeabilidade do Estado a lógicas privatizantes na educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 167, p. 228-253, 2018.

*Recebido em 03 mar. 2022 | aceite em 22 jun. 2022*

